

Relatório e Contas

2018

1
SUS

Índice

Mensagem da Direção	3
INOV INESC Inovação	5
Informação Institucional.....	5
Recursos Humanos	5
Objetivos estratégicos	6
Centro de Interface Tecnológico	8
Cibersegurança	8
Redes de Comunicações	8
Sistemas Inteligentes	9
Sistemas Empresariais.....	9
Sistemas Ciberfísicos	10
Monitorização Remota.....	10
Atividade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação	11
Serviços	13
Contas	14
Resultados.....	14
Balanço.....	15
Perspetivas para o futuro	17
Demonstrações Financeiras.....	19
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	23
Dados Adicionais	41
Relatórios de Auditoria	42

Mensagem da Direção

No ano de 2018 o INOV, continuando a cumprir a sua missão como Centro de Interface (CI) reconhecido pelo Ministério da Economia, terminou o ano com a assinatura de um contrato de Financiamento Base com o FITEC (Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular). Desta forma coloca-se um ponto final (esperemos não temporário, e muito menos de curta duração) na ausência de cofinanciamento dos CI em Portugal, reconhecendo também na vertente financeira o papel fundamental destas entidades no sistema nacional de inovação como agentes de valorização do conhecimento científico e tecnológico, com capacidade de o transferir para as empresas e economia em geral.

As nossas atividades (investigação, desenvolvimento, transferência de tecnologia, consultoria e serviços) no mercado nacional e internacional apontam para a estabilização num patamar de proveitos e de resultados positivos que nos permitem projetar a instituição para um próximo nível que podemos situar perto dos 5 milhões de euros de volume de negócios no médio prazo. Esse desafio institucional conta com os instrumentos que o apoio financeiro do FITEC acima mencionado nos vai permitir lançar, mas precisa sobretudo da vontade coletiva de toda a equipa do INOV: estes saltos são sempre desafiadores em termos organizacionais e se atingir as etapas nos traz um grau elevado de capacidade de realização, mantê-las é um verdadeiro teste à nossa dinâmica de gestão e operação a todos os níveis.

O objetivo enunciado atrás vai depender e muito da nossa capacidade de conseguir atrair pessoas para se juntarem às nossas equipas, de investigadores a técnicos nas diversas áreas, de lhes apresentar desafios estimulantes e de contar com elas para identificar os próximos. Numa altura em que a economia nacional, europeia e mundial apresenta grande dinamismo positivo, será um desafio enfrentar um mercado com apetência global de capital humano, e sobretudo com injeções volumosas de meios financeiros em empresas promissoras (os unicórnios como são agora denominados). O que fomos e conseguimos para trás não é garante de nada (nem para quem já cá está, nem para quem se pode juntar a nós): vamos precisar de usar e inovar todos os nossos recursos, para que cada um qual Rowan leve as nossas cartas a todos os Garcias que desejamos que conosco venham partilhar este ambiente que temos e queremos melhorar.

Já que falamos de dificuldades para atingir o objetivo, venha outra que neste momento sabemos ser muito importante abordar: no cenário atrás descrito, é importante que consigamos alavancar as nossas intenções e ações em instalações apropriadas para o que nelas queremos realizar. Para novas realidades novos ambientes, e nesse caminho temos de porfiar para que também por essa vertente seja interessante pertencer ao grupo. Lembremo-nos disso na próxima vez que todos e cada um tivermos de pensar no espaço em que vivemos uma grande parte da nossa vida: também é por aí que tem de valer a pena.

A atividade desenvolvida no ano é resumida no presente documento. A Agenda Tecnológica e de Inovação que definimos recentemente está em marcha e provoca uma dinâmica que nos traz

um verdadeiro turbilhão de atividade interna e externa digna de registo e orgulho. Que se consubstancia em excelentes indicadores de atividade, desde o número de projetos nacionais e europeus de I&D+i em execução (6 nacionais e 13 europeus), a valores estimulantes de serviços (1.76 M€), ao estabelecimento de novas parcerias científicas e de inovação, nacionais e internacionais, à projeção de um generoso aumento das publicações técnico-científicas e de divulgação. Ao mesmo tempo que apostamos no emprego científico e com ele recebemos novos doutores nas nossas áreas nucleares de atuação.

A Direção agradece a todos os que depositaram a sua confiança em 2018 no INOV: Associados, Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, imprescindíveis para este caminho que perseguimos e que nos estimulam a prosseguir a nossa visão de liderar a inovação em TICE com a missão de transformar conhecimento em valor.

E um enorme agradecimento aos nossos inestimáveis Colaboradores, os verdadeiros obreiros da nossa atividade, com o empenho e esforço diário que realizam. E neles se incluem os investigadores afiliados cujo contributo tanto traz para a nossa capacidade de intervenção e, sobretudo, projeção para o futuro.

Handwritten signature
PMS

INOV INESC Inovação

Informação Institucional

O INOV, associação científica e técnica sem fins lucrativos, tem por objetivo global contribuir para o reforço da capacidade de inovação, modernização e competitividade global de organizações empresariais e públicas, através da realização de atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, assistência tecnológica e consultoria nos domínios das Tecnologias de Informação, Eletrónica e Comunicações.

O INOV iniciou a sua atividade em 2001, depois de processo de reestruturação estratégica iniciado em 1998 pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores que com o INESC-ID – Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores: Investigação e Desenvolvimento são os associados fundadores da organização.

Em 2018, fruto de um exercício interno de reflexão institucional, definiu-se a visão e missão do INOV para os próximos anos. A visão e missão que servirão de orientação para a atividade do instituto foram apresentadas aos colaboradores durante o encontro institucional realizado:

- **Visão:** Liderar a inovação em TICE.
- **Missão:** Transformar conhecimento em tecnologia com valor na cadeia de inovação.

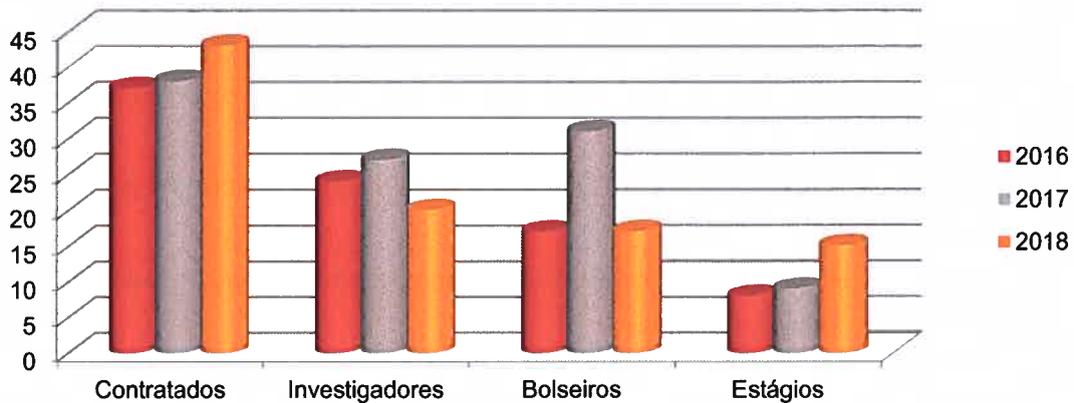
Recursos Humanos

O INOV conta hoje com um corpo de recursos humanos altamente qualificado e especializado que foi sendo consolidado ao longo de vários anos, e através de um significativo e contínuo esforço de especialização em áreas tecnológicas nucleares da instituição, bem como em relevantes áreas da gestão organizacional. Seguramente poder-se-á afirmar que este é um dos pontos fortes da organização, e uma das pedras basilares no desenvolvimento da sua atividade.

Em 2018, num contexto de recuperação económica e com a aprovação do financiamento base atribuído ao INOV para reforçar a sua missão enquanto Centro de interface, o INOV iniciou uma dinâmica de reforço da sua equipa de I&D, que já se refletiu este ano num aumento de 13% da população contratada. Esta dinâmica continuará em 2019 com a contratação de mais doutorados e jovens quadros especializados, apesar da atual dificuldade de recrutamento de perfis especializados em tecnologias relacionadas com temas como a cibersegurança e inteligência artificial.

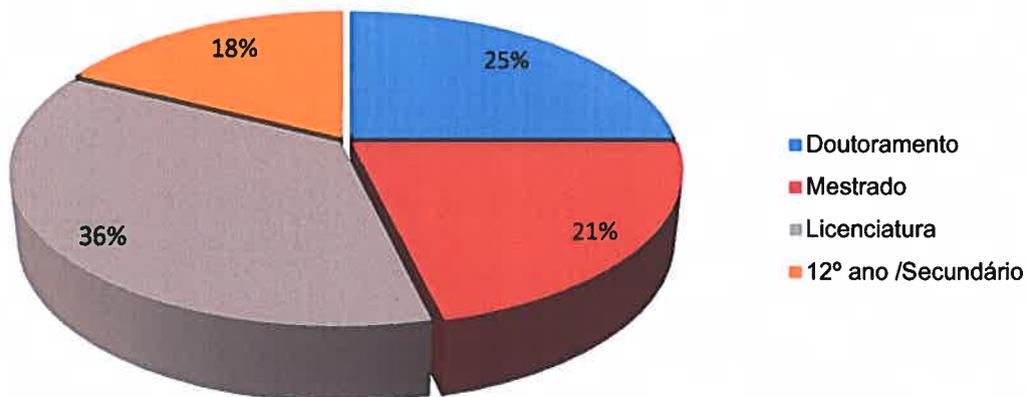
Em relação à população de bolseiros e de investigadores, o decréscimo observado é conjuntural e está diretamente relacionado com o termino de projetos de investigação. Em 2019 é expectável verificar-se uma tendência nítida de crescimento especialmente no número de investigadores pelos vários protocolos de cooperação, já em fase de assinatura com Instituições de Ensino Superior, destinados a estabelecer as pontes para a circulação e valorização de conhecimento de forma mais ágil na cadeia da inovação colaborativa.

Evolução do nº de colaboradores por vínculo entre 2016-2018



Como ponto de interesse, o INOV organizou em 2018 um encontro de colaboradores, com uma nova edição promovida na Foz do Arelho. Procedeu-se assim neste encontro a um conjunto de apresentações das áreas de negócio, dos projetos estruturantes em curso e outras atividades estratégicas que permitiram dinamizar o debate e reflexão conjunta entres os participantes para além de os consciencializar para os desafios que o INOV enfrenta presentemente.

Percentagem de colaboradores por nível de qualificação em 2018



Objetivos estratégicos

Em 2017, o INOV obteve a certificação na norma NP EN ISO 9001:2015, aplicável na Investigação, Desenvolvimento e Consultoria com enfoque na área das Tecnologias de Informação, Comunicações e Eletrónica (TICE). A sistematização a que esta certificação nos leva inclui uma identificação de objetivos anuais táticos e estratégicos que são verificados também anualmente por entidade independente pertencente ao Sistema Português da

Qualidade. Passando em revista a tabela de objetivos estratégicos, podemos resumir o nosso desempenho em 2018 como apresentamos em seguida:

- Resultados e Proveitos: objetivos cumpridos
- Balanço de proveitos (1/3 Projetos de I&D nacionais, 1/3 Projetos de I&D europeus, 1/3 Projetos de VPS): objetivo não cumprido (maior pendor de VPS face aos PN, PE em linha)
- Aprovação de uma candidatura FITEC e início de execução (com classificação mínima de Muito Bom): cumprido
- Resultados no H2020 não cumpridos na taxa de aprovação de propostas, mas cumpridos no número de projetos aprovados
- Resultados no P2020 cumpridos na taxa de aprovação de propostas, mas não cumpridos no número de projetos aprovados
- Objetivos de VPS: cumpridos
- Objetivos de publicações e patentes: cumpridos

Para uma perceção global da nossa prestação em 2018, num conjunto total de 31 indicadores escolhidos e quantificados para o ano, cumprimos 25 e não cumprimos 6.

Centro de Interface Tecnológico

A aprovação do financiamento base atribuído para reforço da atividade do INOV enquanto Centro de Interface, permitiu-nos delinear um caminho mais forte a desenvolver durante os próximos três anos, com base na definição de uma Agenda Tecnológica e de Inovação representando a atividade global da organização. Apresentamos em seguida essa Agenda.

Cibersegurança

O tema cibersegurança foca-se na investigação e desenvolvimento de tecnologia aplicável nos campos da deteção de intrusão, análise de impacto de incidentes, análise forense e segurança de dados e comunicações. Mantendo a estratégia de diferenciação com base em *know-how* especializado, o INOV continua a posicionar-se nestas áreas tecnológicas como um parceiro de referência ao nível nacional e europeu, aliando o conhecimento científico à capacidade de conceber, executar e manter soluções inovadoras.

Durante o ano de 2018 a atividade foi focada em cibersegurança forense (projeto ASGARD) e na deteção de intrusões em infraestruturas críticas, tendo início uma instalação piloto nas Infraestruturas de Portugal da tecnologia de deteção de intrusões BP-IDS (*Business Process Intrusion Detection System*) com o objetivo de demonstrar esta tecnologia num cenário real de operações.

Destaca-se a obtenção de financiamento em 3 novos projetos H2020 relevantes na área de cibersegurança: o projeto EUNOMIA abordando a problemática das *fake news*, o piloto da rede de excelência europeia de cibersegurança (projeto SPARTA) e o projeto SATIE dedicado à cibersegurança nos aeroportos.

Redes de Comunicações

Em 2018, a atividade centrou-se em dois eixos principais: Comunicações na *smart grid* e Aplicações de *Internet of Things* (IoT) no setor de tratamento de águas residuais.

Em 2017, o INOV assinou um contrato de prestação de serviços com as Águas de Portugal para o desenvolvimento de um contador inteligente de energia de baixo custo com que se pretende desenvolver contadores de energia elétrica capazes de medir os parâmetros mais importantes para analisar o perfil de consumo de energia em centros de tratamento de águas residuais. A comunicação é feita com protocolos IoT, nomeadamente LoRa e Wi-Fi. O INOV irá fornecer 30 medidores deste tipo às Águas de Portugal, que serão instalados na ETAR de Chelas e na ETAR de Beirolas.

Atendendo à emergência num futuro próximo dos sistemas de comunicações móveis de 5ª Geração, tem sido desenvolvido trabalho em várias áreas destes sistemas, nomeadamente na dimensão de terminais móveis em redes corporais, e de gestão de recursos rádio em redes virtualizadas e com arquiteturas distribuídas.

A cooperação internacional tem sido desenvolvida no âmbito da Ação Europeia COST IRACON, participando no respetivo comité de gestão e contribuindo para os seus resultados tecnológicos.

Sistemas Inteligentes

O tema de Sistemas Inteligentes foi desenhado com o objetivo de dinamizar a área tecnológica de Inteligência Artificial do INOV, nomeadamente no âmbito da Indústria 4.0, e com especial enfoque em tecnologias de *Computer Vision*, *Data Science* e *Natural Language Processing*. Neste sentido, procurou-se estreitar a ligação ao meio académico nestas áreas, estabelecendo parcerias tecnológicas com universidades e centros de investigação nacionais e internacionais que permitam ao INOV atrair, desenvolver e fixar competências que consequentemente melhorem as condições de ligação da investigação ao mercado e à indústria.

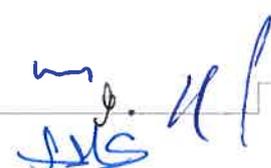
Em 2018, destacam-se o desenvolvimento de protótipos de *Computer Vision* e *Natural Language Processing* através da realização de teses de mestrado, fruto das colaborações estabelecidas com universidades, assim como das colaborações empresariais, nomeadamente na área de produção eletrónica, para criação de sistemas baseados em análise inteligente de dados. No âmbito dos projetos de I&D cofinanciados, são relevantes a participação no programa Portugal 2020 com empresas nas áreas dos transportes e Tecnologias da Informação para desenvolvimento de sistemas inteligentes de processamento de dados e criação de tecnologias ligadas ao processamento natural de linguagem, assim como no programa Horizonte 2020 na vertente tecnológica de identificação de padrões em dados e deteção de anomalias no contexto da navegação marítima.

Com base no caminho traçado e iniciado em 2018, perspetivam-se o fortalecimento e estabelecimento de novas colaborações empresariais assim como parcerias académicas para o desenvolvimento de investigação aplicada no domínio da Inteligência Artificial. Pretende-se dar continuidade e melhorar a criação de protótipos tecnológicos e aumentar a taxa de sucesso das candidaturas aos programas P2020 e H2020.

Sistemas Empresariais

No âmbito do tema de Sistemas Empresariais, o objetivo é o de manter e promover a criação de serviços de desenvolvimento de sistemas de informação empresariais, nomeadamente para a Administração Pública. Para isso, será necessário centralizar, desenvolver e fixar *know-how* e competências tecnológicas para o desenvolvimento de investigação, inovação, consultoria e software em novas soluções para problemas na área da digitalização das organizações, quer ao nível da governação e gestão das tecnologias digitais, quer ao nível das boas práticas de gestão do negócio.

Durante o ano de 2018 estabeleceram-se colaborações, nomeadamente com o IMPIC para serviços de consultoria nos processos atuais da plataforma do Portal BASE. Houve ainda colaborações comerciais para o desenvolvimento de sistemas de informação com o objetivo de afirmar a presença institucional de entidades no mercado, assim como de plataformas de



interligação e prestação de serviços para clientes, e prestaram-se serviços de desenvolvimento tecnológico aplicado para empresas.

Para o futuro, prevê-se a exploração da atividade com a Administração Pública no domínio da consultoria de processos e desenvolvimento de soluções tecnológicas assim como fortalecer a colaboração empresarial na prestação de serviços de desenvolvimento tecnológico aplicado.

Sistemas Ciberfísicos

No âmbito dos Sistemas Ciberfísicos, o INOV tem uma presença forte nalguns tópicos, tendo vindo a envolver-se em projetos e iniciativas, e.g., no âmbito da Indústria 4.0. As apostas, com atividades associadas, apresentadas abaixo decorrem de necessidades de evolução técnico científica alinhadas com as necessidades e oportunidades identificadas nos setores da indústria, agroindústria e saúde, entre outros, em Portugal e na Europa. As temáticas abordadas durante o ano e de uma forma geral abordaram o seguinte:

- Processamento de imagem por software;
- IA em hardware;
- Aquisição e processamento de sinais em ambiente fabril;
- IoT.

Durante o ano houve uma aposta para esta área com a entrada de novos colaboradores. A área não tem tido um crescimento acentuado, mas tem-se mantido estável. Ao longo dos últimos anos tem-se verificado que as empresas procuram o INOV maioritariamente para estabelecer parcerias para projetos de I&DT em copromoção. Em 2018 a procura de serviços aumentou, embora ainda exista uma perceção incompleta daquilo que um CIT pode oferecer que, para além dos serviços de I&D procurados, pode também transferir toda a tecnologia, e conhecimento associado, para as equipas técnicas do cliente.

Também é relevante, como condicionante importante, o facto de, no que concerne aos projetos cofinanciados P2020, ter havido uma redução de oportunidades assim como da taxa de aprovação de candidaturas submetidas.

Monitorização Remota

A atividade de monitorização remota contínua a ser uma área de atividade representativa no INOV e bastante consolidada. Destacam-se os projetos de investigação para as áreas de monitorização de pescas e de energia.

Nesta área, o recurso a comunicações é fundamental, sejam comunicações resilientes (segurança) ou a IoT (ubiquidade). São tecnologias bastante utilizadas assim como a sensorização associada aos Sistemas Ciberfísicos. Sendo uma área vertical pode englobar desde o sistema ciberfísico, às aplicações de software de gestão da informação. Nesta vertente, destaca-se o sistema Ciclope que durante o ano teve uma atividade forte assim como alguns projetos de investigação nacionais (serviços) e europeus (segurança).

Em termos de oportunidades e constrangimentos, a monitorização remota apresenta as mesmas condições já mencionadas nos sistemas ciberfísicos. No entanto, como é mais vertical tem mais flexibilidade para se ajustar às oportunidades apresentadas pelo mercado.

Atividade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Em 2018, o INOV teve em execução 13 projetos europeus que representam uma aplicação global de recursos da organização no valor de €1.2 M. Nestes projetos, o INOV estabelece perto de 200 relações de parceria com organizações europeias, contribuindo para um aumento do seu *know-how* técnico através da partilha de conhecimento e aprofundamento de competências nas suas áreas de atividade.

Na área de Cibersegurança, destaca-se o arranque do projeto EUNOMIA - *User-oriented, secure, trustful & decentralised social media*, com o objetivo de auxiliar os utilizadores a determinar a veracidade da informação que encontram nas redes sociais utilizando de forma cooperativa e sem intermediários uma solução *open-source*. No projeto, o INOV é responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura de comunicações P2P e pelos módulos de segurança e privacidade. É relevante também o término do projeto DOGANA - *aDvanced sOcial enGineering And vulNerability Assesment Framework*, que desenvolveu um conjunto de ferramentas destinadas a aferir as vulnerabilidades das organizações face a ataques de engenharia social, e um conjunto de ferramentas destinadas a mitigar alguns dos fatores de risco. O INOV desenvolveu as ferramentas para realização dos ataques simulados.

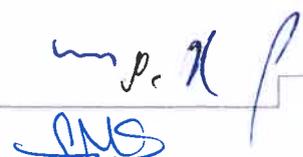
Do domínio da Monitorização e Controlo, arrancou o projeto PERSONA - *Privacy, ethical, regulatory and social no-gate crossing point solutions acceptance*, com o objetivo de desenvolver uma ferramenta e metodologia para avaliação do uso de tecnologias para fronteiras sem barreiras. No projeto, o INOV é responsável pelo desenvolvimento da ferramenta tecnológica de emulação da fronteira sem barreiras. O projeto ALFA - *Advanced Low Flying Aircrafts Detection and Tracking*, que terminará em 2019, avançou no desenvolvimento de um sistema para deteção, classificação e predição atempadas de intenções de pequenas aeronaves utilizadas no tráfico de drogas, armas e outras substâncias ilícitas ao longo das fronteiras marítimas, colmatando falhas dos sistemas de vigilância atuais na identificação de aeronaves a voar a baixas altitudes e baixas velocidades e, por vezes, não tripuladas. O INOV contribui com o desenvolvimento de um sensor eletro-ótico, comunicações seguras e a organização e coordenação do demonstrador final em Portugal.

Na área de Sistemas Inteligentes, destaca-se o projeto europeu MARISA - *Maritime Integrated Surveillance Awareness*, a terminar em 2019, com o objetivo de criar uma plataforma distribuída de serviços de processamento de dados relacionados com o controlo da navegação e tráfego marítimo e no qual o INOV participa com o desenvolvimento de um sistema de deteção de padrões e anomalias relacionados com o tráfego marítimo.

Na prossecução do seu objetivo de apoiar o tecido empresarial nacional nos seus processos de inovação, o INOV promove e participa em projetos nacionais com vista a melhorar a competitividade das empresas no mercado. A nível nacional, o INOV teve 6 projetos em execução representando um valor total de cerca de €400 000.

Destaca-se a conclusão do projeto SealTAII, copromovido com a XSEALENCE - Sea Technologies S.A., com o objetivo de desenvolver um sistema com soluções que visam a monitorização e controlo das atividades de pesca, respondendo a diferentes necessidades identificadas nos sistemas de monitorização, controlo e vigilância. O INOV desenvolveu a aplicação de deteção de saídas e entradas de porto e deteção de início e fim de atividade de pesca (deteção de artes), ambas na área de processamento de imagem.

Destaca-se ainda o projeto DemoDigital 4.0 promovido pelo INOV com o objetivo de valorizar e demonstrar as potencialidades da Indústria 4.0, apoiando as PME das regiões Centro e Norte na transformação digital. Com esta iniciativa, incentiva-se a disseminação e demonstração da digitalização dos processos de criação, produção e interconetividade de equipamentos, soluções e serviços através da utilização massificada dos conceitos de arquiteturas e aplicações de sistemas e software no âmbito da internet das coisas (IoT), juntamente com a incorporação de tecnologias de produção avançadas, recorrendo à demonstração no terreno.

Handwritten signature and logo in blue ink, including the letters 'INS' and a stylized 'X'.

Serviços

A atividade de prestação de serviços do INOV é realizada em duas grandes vertentes – I&D contratualizada e Manutenção e Assistência Técnica.

Face a 2017, o volume de negócio total em prestação de serviços registou uma ligeira subida em 2018, assim como o número de clientes.

Destacam-se os serviços de manutenção e de expansão de novas instalações de sistemas de monitorização e apoio à decisão de incêndios florestais do CICLOPE à Autoridade Nacional de Proteção Civil, à Direção Regional do Ambiente (RA Açores) e às Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo, da Região de Leiria, das Terras de Trás-os-Montes, e das Beiras e Serra da Estrela com o arranque em 2018 do fornecimento da 1ª fase do sistema de monitorização e apoio à decisão de incêndios florestais nesta área.

No âmbito da I&D contratualizada, foram prestados serviços de desenvolvimento tecnológico, consultoria técnica e auditoria especializada. Destacam-se o desenvolvimento do software CGPQ – Controlo e Gestão de Produção e Qualidade para, de forma *smart*, otimizar os processos de produção têxtil de uma empresa nacional, automatizar tarefas que eram anteriormente manuais, recolher estatísticas de produção e custos e monitorizar a rentabilidade da operação, e o desenvolvimento para uma outra empresa nacional de uma ferramenta de avaliação contínua do nível de maturidade da implementação de *frameworks* e normas de IT *Governance*, para apoiar análises de melhoria e/ou comparação, possibilitando saber o seu nível de maturidade, bem como o *roadmap* para atingir outros níveis.

É ainda relevante a coordenação e execução do projeto FAQtos, financiado pelos operadores de telecomunicações nacionais, dedicado à informação sobre sistemas de comunicações móveis à população em geral, e a consultoria e auditorias realizadas na área da cibersegurança focada na implementação do RGPD, em que o INOV realizou uma série de testes de segurança sob a forma de testes de intrusão para detetar potenciais vulnerabilidades na infraestrutura tecnológica operada por empresas.



Contas

Resultados

O INOV encerrou o exercício de 2018 com um volume de Rendimentos operacionais de 3 397 mil euros e um Resultado Líquido positivo no valor de 48 mil euros:

	Valores em milhares de Euros		
Resultados	2018	2017	Δ %
Rendimentos Operacionais	3 397	3 275	4%
Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos	3 249	3 172	2%
Resultados antes Depreciações, Juros e Impostos	148	103	43%
Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos	100	84	19%
Resultado Líquido do Exercício	48	19	152%

O Resultado antes de depreciações, Juros e Impostos (“EBITDA”) cifrou-se em 148 mil euros, o que representa uma melhoria do desempenho operacional face ao ano anterior.

Para esta evolução contribuiu um aumento dos Rendimentos operacionais (+ 4%), quer na componente da atividade de Prestação de serviços (+ 6%), quer na de Projetos de I&D cofinanciados (+4%):

	Valores em milhares de Euros		
Rendimentos Operacionais	2018	2017	Δ %
Serviços prestados	1 764	1 663	6%
Projetos I&D co-financiados	1 622	1 561	4%
Total Serviços Prestados + Projetos I&D	3 386	3 224	5%
Outros rendimentos	11	51	-1
Rendimentos Totais	3 397	3 275	4%

Os valores das Prestações de serviços evoluíram favoravelmente, fruto do esforço continuado da instituição nesta área, assegurando um nível de contribuição acima dos 50% no volume total dos proveitos operacionais.

Nos rendimentos provenientes do financiamento de Projetos de I&D manteve-se a tendência de maior concentração em projetos europeus do H2020, refletindo a execução do elevado número de candidaturas aprovadas em anos anteriores.

A repartição dos rendimentos de projetos no exercício, foi de 1 239 mil euros (76%) e de 383 mil euros (26%), respetivamente para projetos europeus (H2020) e projetos nacionais (Portugal 2020).

Com a aprovação já no final do ano do financiamento do Programa Interface no âmbito do FITEC, cujos efeitos e ações se farão sentir sobretudo a partir de 2019, espera-se conseguir um maior

equilíbrio nesta repartição da atividade de projetos, reforçando a componente de parcerias de âmbito nacional.

A evolução dos Gastos operacionais apresenta-se resumidamente no quadro seguinte:

Gastos	Valores em milhares de Euros		
	2018	2017	Δ %
Gastos com o pessoal	1 793	1 737	3%
Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos	1 310	1 375	-5%
Perdas em dívidas a receber/Provisões	146	60	144%
Gastos Operacionais (excl. Amortizações, Juros e Impostos)	3 249	3 172	2%
Gastos de depreciação e amortização	59	49	19%
Gastos de financiamento (Juros)	9	11	-17%
Impostos	32	24	34%
Gastos Totais	3 350	3 256	3%

Os Gastos mantiveram-se relativamente estáveis face ao ano anterior, exceção feita às rubricas de Provisões e de Impostos, esta última devido ao aumento do Resultado líquido antes de IRC.

Dado que na fase atual do ciclo de execução de projetos H2020 e P2020, os respetivos rendimentos apurados estão ainda sujeitos a revisão por parte das autoridades financiadoras, o INOV, como medida prudencial, reforçou a “provisão” para os respetivos valores a receber em 140 mil euros.

Balanço

O Balanço em 31 dezembro 2018, apresenta sinteticamente a seguinte desagregação:

BALANÇO	Valores em milhares de Euros		
	2018	2017	Δ %
Ativo			
Ativos fixos e participações financeiras	145	139	4%
Dívidas correntes a receber	1 943	1 952	0%
Outros ativos correntes	6	4	29%
Disponibilidades	1 681	1 648	2%
Total do Ativo	3 774	3 743	1%
Passivo			
Dívidas correntes a pagar	1 119	1 141	-2%
Dívidas por financiamentos obtidos	32	20	64%
Diferimentos	2 094	2 067	1%
Outros passivos não correntes	4	36	-88%
Total do Passivo	3 249	3 264	0%
Fundos Patrimoniais	525	479	10%
Autonomia Financeira	14%	13%	9%

Handwritten signature and initials

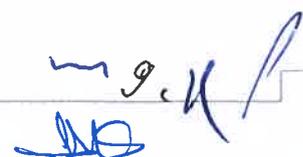
O Ativo Total e o rácio de Autonomia Financeira, mantiveram-se neste exercício em níveis idênticos ao ano anterior, com valores de 3,8 milhões euros e de 14% respetivamente.

A principal componente do Ativo é constituída pelas Dívidas a receber, que integram os valores a receber de Clientes, no montante de 0,8 milhões de euros, e das entidades financiadoras com referência aos valores já realizados de projetos cofinanciados, no montante de 1,1 milhões de euros.

O valor dos Fundos patrimoniais cresceu em cerca de 10%, em consequência do Resultado Líquido alcançado no exercício.

Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propomos que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de €47 605 (quarenta e sete mil seiscientos e cinco euros) seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.



Perspetivas para o futuro

A assinatura do contrato de Financiamento Base com o FITEC, para o período 2018-2021, traz-nos um conjunto de meios financeiros que permitem melhorar a prestação do INOV como Centro de Interface. Como macro resultados da execução do projeto planeámos ter: o crescimento em pessoas, incluindo em emprego científico; o estabelecimento de novas parcerias científicas, nacionais e internacionais, incluindo programas de intercâmbio; o aumento das publicações técnicas e científicas; o aumento da participação em projetos de I&D+i, nacionais e internacionais. Sendo resultados esperados, também são um desafio na forma de os atingir. Temos os meios financeiros para tal: agora depende de nós.

O H2020 e o P2020 aproximam-se do fim, pelo menos das últimas chamadas de propostas para projetos. Virão novos programas, o *Horizon Europe* já se vai conhecendo, em Portugal teremos um Portugal Pós 2020 que esperamos consiga ter formulários prontos a tempo, orçamento para normal funcionamento, regras ajustadas à nossa economia, tudo dentro de uma estratégia de médio longo prazo para Portugal. Já sabemos como o comportamento dos nossos parceiros e clientes segue bem de perto estas transições: haverá uma tendência de redução de projetos cofinanciados de I&D+i, nacionais e europeus, pois terá de ser operada a transição entre programas. Se na Europa se sente pouco, em Portugal ficaremos espantados se tal não acontecer. Aqui há um grande desafio a enfrentar e vencer para contornarmos estas consequências expectáveis!

Assessoriamente ao efeito do fim do H2020 e P2020, o investimento dos agentes económicos verá reduzida a fatia em I&D+i: como é tradicional, as empresas nacionais privilegiam o recurso a incentivos para cofinanciar as suas atividades de I&D+i, e só residualmente o fazem com fundos próprios. Isso significa que esperamos que os serviços de I&D sejam afetados negativamente nos próximos anos (talvez com uma inflexão positiva aquando do fecho do P2020, numa lógica de tentativa de execução máxima).

No fundo, aproxima-se o fecho de mais um ciclo (o H2020 – P2020), e entraremos num novo ciclo em breve (*Horizon Europe*, P 2030). Estamos preparados para o que daí advém.

Por ser importante sob diversos pontos de vista, registamos aqui algo que nos vai ocupar com algum significado este ano: as equipas de Lisboa vão iniciar um movimento de regresso ao edifício da Alves Redol, juntando-se às que já lá se encontram. A junção geográfica com os restantes INESC em Lisboa consideramos que trará melhorias significativas na prestação institucional em Lisboa.



Demonstrações Financeiras

INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

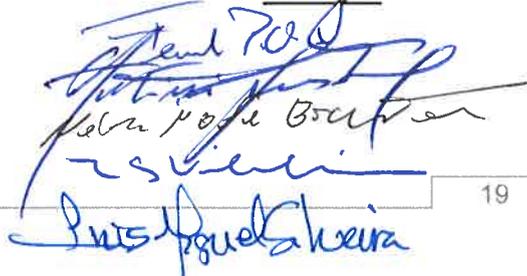
ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	142 434	138 462
Outros ativos financeiros	7	2 119	891
Total do ativo não corrente		144 553	139 353
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	775 555	617 058
Outros créditos a receber	9	1 167 155	1 334 593
Diferimentos	10	5 548	4 292
Caixa e depósitos bancários	4	1 681 442	1 648 139
Total do ativo corrente		3 629 700	3 604 082
Total do ativo		3 774 253	3 743 435
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	12	828 108	828 108
Reserva legal	13	3 081	3 081
Resultados transitados		(1 354 429)	(1 373 293)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	693	2 613
		477 453	460 509
Resultado líquido do exercício		47 605	18 865
Total dos fundos patrimoniais		525 058	479 374
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	21	-	32 320
Provisões	16	4 025	3 494
Passivos por impostos diferidos	8	201	759
Total do passivo não corrente		4 226	36 573
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	17	284 818	383 591
Estado e outros entes públicos	18	132 328	163 943
Financiamentos obtidos	21	32 317	19 690
Outras dívidas a pagar	17	701 525	593 128
Diferimentos	10	2 093 981	2 067 136
Total do passivo corrente		3 244 969	3 227 488
Total do passivo		3 249 195	3 264 061
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 774 253	3 743 435

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas e serviços prestados	22	1 763 938	1 662 709
Subsídios à exploração	23	1 621 912	1 561 509
Fornecimentos e serviços externos	24	(1 288 459)	(1 339 053)
Gastos com o pessoal	25	(1 793 387)	(1 736 526)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	(145 733)	(57 184)
Provisões ((aumentos) / reduções)	16	(530)	(505)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis ((perdas) / re	7	-	(2 374)
Outros rendimentos	26	11 399	50 902
Outros gastos	27	(21 244)	(36 063)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		147 896	103 415
Gastos de depreciação e de amortização	30	(58 820)	(49 460)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		89 076	53 955
Juros e rendimentos similares obtidos		820	459
Juros e gastos similares suportados	28	(9 725)	(11 193)
Resultado antes de impostos		80 171	43 221
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(32 566)	(24 356)
Resultado líquido do exercício		47 605	18 865
Resultado por unidade de participação	31	0,24	0,09

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

M. M. M.

A DIREÇÃO

*Fernando
António
Pedro de Obeiro
Suzana
Suzana Silveira*

INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais			Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
		Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	Reservas legais					
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1 000 000	828 108	3 081	(1 386 398)	5 605	13 105	463 501		
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	18 865	18 865		
Operações com detentores de fundos no exercício:									
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	15	-	-	13 105	-	(13 105)	-		
Alterações no exercício:									
Subsídios ao investimento	14	-	-	(3 860)	-	-	(3 860)		
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	868	-	-	868		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 000 000	828 108	3 081	(1 373 293)	2 613	18 865	479 374		
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	47 605	47 605		
Operações com detentores de fundos no exercício:									
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	15	-	-	18 865	-	(18 865)	-		
Alterações no exercício:									
Subsídios ao investimento	14	-	-	(2 478)	-	-	(2 478)		
Impostos diferidos	8 e 14	-	-	558	-	-	558		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1 000 000	828 108	3 081	(1 354 429)	693	47 605	525 058		

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

M. V. M.

A DIREÇÃO

António Reis
Luís Miguel Salgueira

INOV INESC INOVAÇÃO - INSTITUTO DE NOVAS TECNOLOGIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

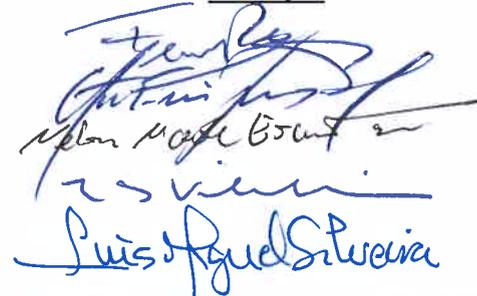
	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		1 599 708	1 621 035
Recebimentos de subsídios à exploração		1 674 504	2 237 633
Pagamentos a fornecedores		(1 318 097)	(1 020 094)
Pagamentos ao pessoal		(1 773 138)	(1 737 443)
Fluxos gerados pelas operações		<u>182 977</u>	<u>1 101 131</u>
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(24 306)	(16 393)
Outros (pagamentos)/ recebimentos		(35 170)	556
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u><u>123 501</u></u>	<u><u>1 085 294</u></u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(62 792)	(34 596)
		<u>(62 792)</u>	<u>(34 596)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		820	459
Subsídios ao investimento		1 192	-
		<u>2 012</u>	<u>459</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u><u>(60 780)</u></u>	<u><u>(34 137)</u></u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19 693)	(29 000)
Juros e gastos similares	28	(9 725)	(11 193)
		<u>(29 418)</u>	<u>(40 193)</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u><u>(29 418)</u></u>	<u><u>(40 193)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		33 303	1 010 964
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 648 139	637 175
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 681 442	1 648 139

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV INESC INOVAÇÃO - Instituto de Novas Tecnologias ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

mpc
AS

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante três anos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis e intangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um

ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.8. Subsídios do Governo

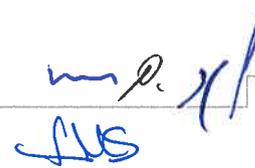
Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo ("Diferimentos") os adiantamentos e no ativo ("Outros créditos a receber") os montantes a receber.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:



Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se toma parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

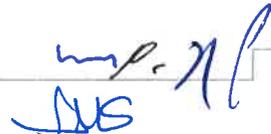
O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).



Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações

poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação e amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

3.15. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expetáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" do balanço era como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	931.442	648.139
Depósitos a prazo	<u>750.000</u>	<u>1.000.000</u>
Caixa e depósitos bancários	<u><u>1.681.442</u></u>	<u><u>1.648.139</u></u>

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

2018						
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	989.704	170.325	96.063	722.886	-	1.978.978
Aquisições	21.011	-	-	-	41.781	62.792
Saldo final	1.010.715	170.325	96.063	722.886	41.781	2.041.770
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	949.499	80.010	88.121	722.886	-	1.840.516
Depreciações do exercício (Nota 30)	35.048	19.866	3.906	-	-	58.820
Saldo final	984.547	99.876	92.027	722.886	-	1.899.336
Ativo líquido	26.168	70.449	4.036	-	41.781	142.434

2017					
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo inicial	965.608	159.825	96.063	722.886	1.944.382
Aquisições	24.096	10.500	-	-	34.596
Saldo final	989.704	170.325	96.063	722.886	1.978.978
Depreciações acumuladas:					
Saldo inicial	921.624	62.331	84.215	722.886	1.791.056
Depreciações do exercício (Nota 30)	27.875	17.679	3.906	-	49.460
Saldo final	949.499	80.010	88.121	722.886	1.840.516
Ativo líquido	40.205	90.315	7.942	-	138.462

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" e "Ativos em curso" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

Rubricas	Porcentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys")	6,08%	25.230	(25.230)	-
		25.230	(25.230)	-

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de "Participações financeiras", foi o seguinte:

Rubricas	2018			
	Saldo inicial	Saldo final		
Investimentos financeiros:				
Petsys	25.230	25.230		
	<u>25.230</u>	<u>25.230</u>		
Perdas por imparidade:				
Petsys	(25.230)	(25.230)		
	<u>-</u>	<u>-</u>		
Rubricas	2017			
	Saldo inicial	Alienações	Reforço de imparidade	Saldo final
Investimentos financeiros:				
INESC MN	10.000	(10.000)	-	-
Petsys	25.230	-	-	25.230
	<u>35.230</u>	<u>(10.000)</u>	<u>-</u>	<u>25.230</u>
Perdas por imparidade:				
Petsys	(22.856)	-	(2.374)	(25.230)
	<u>12.374</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(2.374)</u>	<u>-</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Instituto alienou a totalidade da participação financeira detida sobre o INESC MN à associação IST-ID – Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, pelo montante de 10.000 Euros, o qual à data de 31 de dezembro de 2017, encontra-se registado na rubrica “Outros créditos a receber”.

Outros ativos financeiros

Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho (“FCT”), do Mecanismo Equivalente (“ME”) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (“FGCT”).

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresentava um saldo de 2.119 Euros e 891 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 21%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Direção do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi apurado como segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	80.171	43.221
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	16.836	9.076
Ajustamentos à coleta (i)	15.730	15.280
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 18)	<u>32.566</u>	<u>24.356</u>

- (i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi o seguinte:

	Subsídios ao investimento
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.627
Utilização (Nota 14)	<u>(868)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	759
Utilização (Nota 14)	<u>(558)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>201</u>

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes:			
Cientes gerais	1.037.356	(479.676)	557.680
Cientes - partes relacionadas (Nota 29)	217.875	-	217.875
	<u>1.255.231</u>	<u>(479.676)</u>	<u>775.555</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	1.472.840	(365.000)	1.107.840
Adiantamentos a fornecedores	16.210	-	16.210
Outros	43.105	-	43.105
	<u>1.532.155</u>	<u>(365.000)</u>	<u>1.167.155</u>
	<u>2.787.386</u>	<u>(844.676)</u>	<u>1.942.710</u>
2017			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes:			
Cientes gerais	838.989	(473.943)	365.046
Cientes - partes relacionadas (Nota 29)	252.012	-	252.012
	<u>1.091.001</u>	<u>(473.943)</u>	<u>617.058</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios à exploração	1.517.682	(225.000)	1.292.682
Adiantamentos a fornecedores	6.475	-	6.475
Outros	35.436	-	35.436
	<u>1.559.593</u>	<u>(225.000)</u>	<u>1.334.593</u>
	<u>2.650.594</u>	<u>(698.943)</u>	<u>1.951.651</u>

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas. O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi como segue:

Descrição	2018				Saldo final
	Saldo inicial	Reversões	Reforços	Utilizações	
Cientes	473.943	-	5.733	-	479.676
Outras contas a receber	225.000	-	140.000	-	365.000
	<u>698.943</u>	<u>-</u>	<u>145.733</u>	<u>-</u>	<u>844.676</u>
	2017				
Descrição	Saldo inicial	Reversões	Reforços	Utilizações	Saldo final
Cientes	530.519	(46.500)	24.924	(35.000)	473.943
Outras contas a receber	146.240	-	78.760	-	225.000
	<u>676.759</u>	<u>(46.500)</u>	<u>103.684</u>	<u>(35.000)</u>	<u>698.943</u>

O montante de utilizações de perdas por imparidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refere-se ao encerramento de projetos para os quais o Instituto já tinha reconhecido perdas por imparidade.

10. DIFERIMENTOS

[Handwritten signature]
IMS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo:		
Diversos	5.548	4.292
Passivo:		
Subsídios à exploração (Nota 3.8)	1.851.746	1.729.181
Prestação de serviços (a)	242.235	337.955
	<u>2.093.981</u>	<u>2.067.136</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" inclui faturação efetuada a clientes, no âmbito do projeto CICLOPE, cujos trabalhos ainda não estavam totalmente terminados à data de fim do exercício.

11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
INESC	95%	950.000
INESC ID	5%	50.000
	<u>100%</u>	<u>1.000.000</u>

12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram movimentos na rubrica "Outros instrumentos dos fundos patrimoniais".

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma dos fundos e da reserva legal.

13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	5.605
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(3.860)
Imposto diferido (Nota 8)	868
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.613</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(3.670)
Subsídios obtidos	1.192
Imposto diferido (Nota 8)	558
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>693</u></u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

De acordo com a deliberação do Conselho Geral de 28 de maio de 2018, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 18.865 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

De acordo com a deliberação do Conselho Geral de 6 de julho de 2017, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 13.105 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

16. PROVISÕES

A provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 diz respeito a encargos estimados com compensações por caducidade a um colaborador do Instituto.

17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	225.449	179.810
Partes relacionadas (Nota 29)	20.481	150.296
Fornecedores de investimento	38.888	53.485
	<u>284.818</u>	<u>383.591</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	195.560	174.821
Outros acréscimos	497.170	390.231
	<u>692.730</u>	<u>565.052</u>
Outras dívidas a pagar	8.795	28.076
	<u>701.525</u>	<u>593.128</u>
	<u><u>986.343</u></u>	<u><u>976.719</u></u>

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto. Em 31 de dezembro de 2018, os outros acréscimos de gastos incluem o montante de 70.419 Euros relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 29).

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 8)	32.312	24.306
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	21.350	20.417
Contribuições para a Segurança Social	30.723	27.514
Imposto sobre o Valor Acrescentado	47.803	91.627
Outros impostos	140	79
	<u>132.328</u>	<u>163.943</u>

19. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico	Valor líquido contabilístico
Equipamento de transporte	<u>111.084</u>	<u>58.701</u>	<u>52.383</u>	<u>66.269</u>

O plano de pagamentos das locações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue (Nota 21):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Até 1 ano	32.320	19.690
Entre 1 e 5 anos	-	32.320
	<u>32.320</u>	<u>52.010</u>

Adicionalmente, o Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 137.000 Euros e 131.000 Euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Instituto tem contrato de arrendamento relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas, nos próximos anos, corresponda a valores similares aos de 2018.

20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto tinha solicitado a prestação de garantias bancárias a favor de terceiros, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") e do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), no montante de 103.688 Euros e 77.257 Euros, respetivamente. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto para com os fornecedores MEO e para os clientes Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Comunidade Intermunicipal de Leiria, Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e Repsol.

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Financiamento obtidos" apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Não corrente:</u>		
Locações financeiras (Nota 19)	-	<u>32.320</u>
<u>Corrente:</u>		
Locações financeiras (Nota 19)	<u>32.320</u>	<u>19.690</u>

Os financiamentos obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos ("CGD") respeitavam a utilizações de contas – correntes caucionadas, remuneradas a taxas normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a conta corrente caucionada na CGD não se encontrava a ser utilizada.

22. RÉDITO

A rubrica "Vendas e serviços prestados", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços prestados	<u>1.763.938</u>	<u>1.662.709</u>

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 241.167 Euros e 288.982 Euros, respetivamente (Nota 29).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Projetos nacionais	382.737	187.116
Projetos europeus	<u>1.239.175</u>	<u>1.374.393</u>
	<u>1.621.912</u>	<u>1.561.509</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, considerando as perdas de imparidade registadas.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Componentes	402.559	353.748
Trabalhos especializados	242.920	242.424
Deslocações e estadas	215.006	198.569
Rendas e alugueres	156.453	137.407
Despesas de logística	93.432	164.971
Ferramentas e utensílios	34.441	33.195
Honorários	34.198	38.594
Comunicação	16.500	56.741
Energia e fluidos	13.486	41.489
Seguros	7.817	7.673
Despesas de representação	-	7.874
Outros	71.647	56.368
	<u>1.288.459</u>	<u>1.339.053</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 246.099 Euros e 289.126 Euros, respetivamente (Nota 29).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações	1.150.581	1.102.024
Bolsas	262.765	286.563
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	265.816	254.150
Refeições	64.368	57.430
Seguros	24.405	21.846
Indemnizações ao pessoal	-	5.572
Outros	25.452	8.941
	<u>1.793.387</u>	<u>1.736.526</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 38 empregados.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios ao investimento (Nota 14)	3.670	3.860
Outros	7.729	47.042
	<u>11.399</u>	<u>50.902</u>

27. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinha a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quotizações	8.744	7.787
Impostos	2.309	1.520
Outros	10.191	26.756
	<u>21.244</u>	<u>36.063</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas, no montante de 1.101 Euros (Nota 29).

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tinham a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros de financiamento	-	200
Outros	<u>9.725</u>	<u>10.993</u>
	<u>9.725</u>	<u>11.193</u>

29. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	<u>2018</u>		
	Serviços prestados (Nota 22)	Outros gastos (Nota 27)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
INESC	47.440	-	207.099
INESC ID	146.486	-	-
INESC MN	37.211	-	-
IST	<u>10.030</u>	<u>1.101</u>	<u>39.000</u>
	<u>241.167</u>	<u>1.101</u>	<u>246.099</u>
	<u>2017</u>		
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	
INESC	172.190	287.267	
INESC ID	96.792	693	
INESC MN	<u>20.000</u>	<u>1.166</u>	
	<u>288.982</u>	<u>289.126</u>	

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Dados Adicionais

Denominação Social: INOV INESC INOVAÇÃO – Instituto de Novas Tecnologias

Sede: Rua Alves Redol, 9 - 1000-029 Lisboa - Portugal

URL: <http://www.inov.pt>

Tel.: +351.213 100 444

Fax: +351.213 100 445

Email: inov@inov.pt

N. Contribuinte: 505 002 892

Data de Constituição: 28 de julho de 2000

Conselho de Diretores

Eng.º Fernando Rui de Oliveira Moreira - Presidente

Eng.º António Gomes Leal - Vogal

Dr. José Carlos Vilela Pimentel - Vogal

Eng. Nelson Nobre Escravana - Vogal

Prof. Luís Miguel Teixeira D'Ávila Pinto da Silveira - Vogal

Comissão Executiva

Eng.º Fernando Rui de Oliveira Moreira - Presidente

Eng.º António Gomes Leal - Vogal

Dr. José Carlos Vilela Pimentel - Vogal

Conselho Fiscal

Prof. João Manuel Ricardo Catarino - Presidente

Dr.ª. Soledade Maria da Silva Duarte - Vogal

Dr. Victor Domingos Seabra Franco - ROC

Mesa da Assembleia Geral

Prof. José Manuel Nunes Salvador Tribolet - Presidente

Prof. Luís Eduardo Teixeira Rodrigues - Primeiro Secretário

Dr. Abílio Ançã Henriques - Segundo Secretário

Relatórios de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

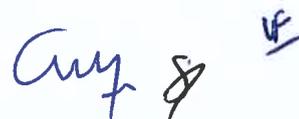
Aos Associados do

INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2018 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2018, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2018 preparado pela Direção e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'VF'.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 16 de maio de 2019

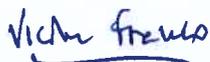
O CONSELHO FISCAL



João Manuel Ricardo Catarino – Presidente



Soledade Maria Silva Duarte - Vogal



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432



Grant Thornton

An instinct for growth™

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias (“Instituto”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.774.253 euros, um total de fundos patrimoniais de 525.058 euros incluindo um resultado líquido de 47.605 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver contiuio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de maio de 2019

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N° 432

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV INESC Inovação – Instituto de Novas Tecnologias ("Instituto"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.774.253 Euros e um total de fundos patrimoniais de 525.058 Euros, incluindo um resultado líquido de 47.605 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividade.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

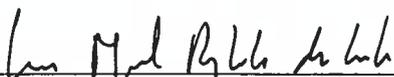
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 15 de maio de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC